



Márcia Kallume

Na reunião, Darcísio Perondi (E), César Borges, Júlio Lopes e Abelardo de Oliveira Filho

Comissão aprova política para o saneamento básico

Por unanimidade, a Comissão Especial Mista de Saneamento aprovou ontem relatório final sobre os projetos que tramitam no Congresso propondo as diretrizes gerais para a política de saneamento básico

no Brasil. O presidente da comissão, senador César Borges, ressaltou que, ao oferecer garantias aos investidores, a definição do novo marco regulatório deverá atrair mais recursos privados. **Página 5**

Em audiência no Senado, empresários se queixam da concorrência chinesa

Página 7

Projeto garante o ensino médio a todos os brasileiros

A universalização do ensino médio gratuito será dever do Estado, segundo projeto de Cristovam Buarque aprovado pela Comissão

de Educação. Cristovam observa que, pela proposta, os estados deverão priorizar os investimentos no ensino médio. **Página 8**



Célio Azevedo

Wellington Salgado (em primeiro plano) foi escolhido para presidir a Comissão de Educação

Orçamento pode ter execução obrigatória

Senado aprova em primeiro turno o orçamento impositivo. Congresso tenta votar LDO, mas oposição ameaça obstruir



Moreira Mariz

Plenário do Senado aprova acordos internacionais e indicações de autoridades feitas pelo Poder Executivo

O Orçamento da União pode deixar de ser meramente autorizativo para se tornar impositivo. O Senado aprovou ontem, em primeiro turno, proposta de emenda constitucional com esse objetivo. Se confirmada no segundo turno, a

materia será submetida à Câmara dos Deputados. O Plenário acolheu vários acordos internacionais e indicações de autoridades feitas pelo Executivo. Para hoje, às 12h, está prevista a votação do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias referente a 2007. **Páginas 3 e 4**

Senado e Petrobras assinam intercâmbio

Protocolo de intenções com a finalidade de promover intercâmbio técnico-científico e cultural entre as duas instituições foi assinado ontem pelos presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Petrobras, José Sérgio Gabrielli de Azevedo. **Página 5**



Lindomar Cruz

Renan (D) recebe Gabrielli, em companhia de Efraim Moraes (E) e Agaciel Maia

Comissão aprova acompanhamento do TCU de contrato para compra de participação do Citigroup na Brasil Telecom



Quintanilha preside reunião que discute recomendação ao Tribunal de Contas da União

Contrato entre fundos de pensão e Citigroup será investigado

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) aprovou ontem voto do relator, Luiz Otávio (PMDB-PA), no sentido de que o Tribunal de Contas da União (TCU) continue o acompanhamento do contrato dos fundos de pensão Previ, Petros e Funcep para compra de participação do Citigroup na empresa Brasil Telecom. O contrato foi objeto de denúncia do deputado Alberto Fraga (PFL-DF) em aviso encaminhado pela Câmara à CMA. A relatora *ad hoc*, Ana Júlia Carepa (PT-PA), lembrou que o assunto foi investigado pela CPI dos Correios.

Luiz Otávio afirma que as irregularidades investigadas pelo TCU estão ligadas ao valor da

compra das ações da Brasil Telecom. O acordo estabelece a obrigação de os fundos de pensão comprarem a participação do Citigroup em novembro de 2007 pelo valor de R\$ 1,045 bilhão, corrigido pela variação de IGP-DI mais 5% ao ano. Conforme o relator, as análises nas quais a Secretaria de Previdência Complementar se baseou para cancelar o contrato foram produzidas sob encomenda do Citigroup, parte interessada no negócio. Por isso, "seria natural que apresentasse certa tendência a inflar os valores estimados dos ativos em negociação", disse.

Segundo ele, o TCU informou que não foi concedida medida cautelar para evitar a execução do contrato, pois este só terá efeitos em 2007.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Congresso pode decidir hoje sobre LDO de 2007

Marcada para hoje, às 12h, sessão do Congresso para exame da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2007. Às 14h, o Senado realiza sessão deliberativa. Na

pauta, proposta de emenda à Constituição que determina o comparecimento do presidente da República na abertura da sessão legislativa do Congresso (PEC 64/99).

CRE vota acordo para impedir dupla tributação entre Brasil e Bélgica

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) analisa, às 9h30, acordo contra dupla tributação entre Brasil e

Bélgica. O colegiado examina ainda projeto que obriga o uso de colete salva-vidas em helicópteros que sobrevoam grandes extensões

de água, além do requerimento de Paulo Paim (PT-RS) de voto de louvor ao bispo Desmond Tutu pela luta contra a segregação racial.

Na pauta da CAS, anabolizantes e doação de órgãos

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) tem reunião marcada para as 9h30. Em discussão, o relatório da Associação Brasileira de Estudos de Combate ao Doping sobre o uso de anabolizantes no Brasil e projeto que regulamenta a doação de órgãos em casos de anencefalia. Também está na pauta a proposta para permitir a movimentação da conta vinculada do FGTS nos casos de constituição de microempresa por parte do trabalhador.



Comissão de Justiça analisa indicação do sucessor de Edson Vidigal

Às 10h, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) sabatina Antonio Hermen Vasconcellos e Benjamin, indicado para ocupar a vaga de Edson Vidi-

gal no Superior Tribunal de Justiça (STJ). Na segunda parte da reunião, os senadores analisam propostas como a que define diretrizes gerais da política urbana.



Relatório final da CPI da Emigração Ilegal

A CPI da Emigração Ilegal reúne-se às 14h30 para a votação do relatório final. A CPI mista foi criada em 2005 para apurar os crimes e outros delitos penais e civis praticados com a emigração realizada de forma

ilegal de brasileiros para os Estados Unidos e outros países. Constatam do relatório do deputado João Magno (PT-MG) medidas para assegurar os direitos de cidadania dos brasileiros que vivem no exterior.

Orçamento discute metas econômicas

Às 14h30, a Comissão Mista de Orçamento (CMO) deve ouvir a avaliação do secretário do Tesouro Nacional, Carlos Kawall Leal Ferreira, sobre o cumprimento das metas econômicas. A audiência, prevista pela Lei de Responsabilidade Fiscal, já foi remarçada diversas vezes.

Subcomissão vota pedido de audiência

A Subcomissão de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social realiza reunião hoje, às 9h30. Na pauta, requerimentos solicitando audiências públicas para debater a concessão de meia entrada em espetáculos e projeto que altera a destinação de verbas para o setor.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: João Alberto Souza

3º Secretário: Paulo Octávio

4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos

Suplentes de Secretário: Serys Shessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:

Armando S. Rollemberg

Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e

Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida,

Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e

Humberto Sousa Lima

Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Davi Emerich e Denise Costa (61) 3311-1670

Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - *E-mail:* jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Renan Calheiros, Tião Viana, João Alberto Souza, Efraim Morais e Romeu Tuma

Proposta que obriga governo a executar Orçamento ainda será votada em segundo turno e, se aprovada, seguirá para a Câmara dos Deputados

Plenário aceita sete acordos de cooperação

O Senado aprovou ontem sete projetos de decreto legislativo referentes a acordos internacionais de cooperação. As matérias vão a promulgação.

O primeiro é o PDS 199/06, que encaminha o texto do acordo de cooperação entre os Estados membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa sobre o combate à Aids. O PDS 198/06 encaminha o acordo com a África do Sul no campo da cooperação científica e tecnológica. Já o PDS 131/06 trata do memorando de entendimento entre Brasil e Argentina que visa institucionalizar o intercâmbio de informações sobre circulação e tráfico de armas de fogo, munições e explosivos. Com o PDS 132/06, os senadores acolheram o teor do acordo celebrado em 2000 que estabelece que os cidadãos dos membros do Mercosul, da Bolívia e do Chile, gozarão, nos territórios de qualquer um dos outros países, igualdade de condições dos benefícios da Justiça e da assistência jurídica gratuita.

Outras propostas aprovadas são o PDS 4/06, que ratifica o texto do Primeiro Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 53, firmado entre o Brasil e o México em 2002; o PDS 197/06, que se refere ao texto da Convenção Interamericana sobre o Cumprimento de Sentenças Penais no Exterior; e o PDS 200/06, que ratifica o tratado com a China sobre assistência judiciária mútua em matéria penal.

Suplicy relata visita à Penitenciária de Araraquara

Eduardo Suplicy (PT-SP) relatou ontem, em Plenário, visita que realizou na semana passada à Penitenciária de Araraquara, no interior do estado de São Paulo. O senador foi acompanhado na visita pelo prefeito da cidade, Edinho Silva, vereadores, advogados e a procuradora do Ministério Público Federal, Eloísa Helena Machado.

A penitenciária foi parcialmente destruída durante rebelião dos detentos em 16 de junho último. Os cerca de 1.400 presos vivem no pátio do presídio desde a destruição.

Orçamento impositivo é aprovado em primeiro turno no Senado

Com 56 votos a favor e apenas 1 contrário, o Plenário do Senado aprovou ontem, em primeiro turno, proposta de emenda à Constituição que obriga o presidente da República a executar o Orçamento aprovado pelo Congresso. Trata-se do chamado orçamento impositivo.

Pela PEC 22/00, caso não seja cumprido o Orçamento, o presidente estará cometendo crime de responsabilidade. A proposta ainda será votada em segundo turno e, depois, encaminhada ao exame da Câmara. Pela proposta, o presidente ainda poderá modificar a lei orçamentária, inclusive promovendo contingenciamentos ou cancelamentos de verbas, desde que envie ao Congresso um pedido, com justificativas econômicas e financeiras. Os deputados e senadores terão 30 dias para aprovar ou rejeitar as mudanças e, se não se manifestarem, a intenção presidencial será considerada aprovada. O presidente poderá pedir alterações até agosto. Depois, só em caso de calamidade pública “de grandes proporções” ou que afete negativamente a arrecadação.

A PEC foi apresentada há seis anos pelo senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e, durante as discussões, recebeu quatro emendas, que foram votadas separadamente, todas indicadas por Aloizio Mercadante (PT-SP). Uma delas estende as mudanças



O Plenário discute a emenda de Antonio Carlos, que recebeu 56 votos favoráveis

aos estados e municípios, enquanto outra determina que o governo apresentará uma programação detalhada de gastos por estado, com a finalidade de reduzir as disparidades regionais. A emenda que extingue a Comissão Mista de Orçamento, por ser mais polêmica, só teve dois votos a mais que o mínimo necessário – foi aprovada com 51 votos, quando o mínimo é de 49. O projeto estabelece que o Orçamento passará a ser discutido e votado nas comissões temáticas. A quarta emenda aprovada determina que o governo terá que apresentar em 120 dias um projeto de lei complementar regulamentando os termos das mudanças. Não há prazo para a votação da regulamentação, mas um dos artigos do projeto determina que as mudanças se-

rão introduzidas no segundo ano depois da aprovação da emenda constitucional.

Os prazos de tramitação das leis orçamentárias também poderão ser modificados pela PEC. O governo terá de enviar ao Congresso o projeto do Orçamento anual até o fim de maio, e não de agosto, como é atualmente. Por sua vez, os deputados e senadores terão de votar o projeto de Orçamento até o fim de dezembro se quiserem entrar em recesso em janeiro.

Os líderes partidários apoiaram a proposta de emenda e pediram votos para aprová-la. A líder do PT, senadora Ideli Salvatti (SC), votou a favor “para cumprir acordo partidário”, mas anunciou que, na Câmara, os petistas irão incluir a exigência de que a vigência da mudança ocorra de forma gradativa.

Acolhidos nomes de sete embaixadores

O Plenário do Senado aprovou, ontem, mensagens do presidente da República com a indicação de diplomatas para exercerem o cargo de embaixador do Brasil em sete países.

Frederico Duque Estrada Meyer irá exercer o cargo de embaixador junto ao Cazaquistão; Renata Stille, junto à Armênia; Georges Lamazière, cumulativamente, junto à Dinamarca e à Lituânia; Pedro Motta Pinto Coelho, em Israel; Paulo Dyrceu Pinheiro, no Catar; e Jacques Claude François Guilbaud, na Guiné. Durante a votação, Eduardo Suplicy (PT-SP) defendeu a aprovação de Guilbaud, cujo nome sofrera restrições em relação a episódio de demissão por abandono do cargo em missão no exterior. Ele foi posteriormente reintegrado ao Ministério das Relações Exteriores.

O diplomata Bernardo de Azevedo Brito teve seu nome aprovado para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto ao Iraque. A sede (residência) da embaixada do Brasil no Iraque é localizada em Amã, capital da Jordânia.

Mediação é instrumento para prevenir conflitos

O Senado aprovou ontem, em regime de urgência, o substitutivo do senador Pedro Simon (PMDB-RS) ao projeto da deputada Zulaiê Cobra (PSDB-SP) que institucionaliza e disciplina a mediação como método de prevenção e solução consensual de conflitos na esfera civil. A matéria foi analisada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e volta à apreciação da Câmara dos Deputados.

Segundo o projeto (PLC 94/02), a mediação é uma atividade técnica exercida por pessoa imparcial que, escolhida e aceita pelas partes interessadas, as escuta, orienta e estimula, sem apresentar soluções, com o propósito de lhes permitir a prevenção ou solução de conflitos de modo consensual.

Conforme Simon, o substitutivo, que partiu do diálogo com várias instituições públicas e representantes da sociedade civil, tem como um dos pontos cruciais a não-imposição da mediação com solução para os conflitos. Para o senador, o projeto vai facilitar a ação da Justiça, com a solução das questões mais simples por intermédio da mediação.

Acatadas indicações de quatro diretores de agências

As indicações de quatro diretores de agências reguladoras foram aprovadas ontem pelo Plenário: um para a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), um para a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e dois para a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq).

Na Anac, o Senado confirmou o nome de Josef Barat. Já na ANS, o diretor aprovado é Eduardo Marcelo de Lima Sales. E, na Antaq, foram confirmados na diretoria Décio Mauro Rodrigues da Cunha e Murillo de Moraes Rego Corrêa Barbosa.

CVM e Cade

Além disso, o nome de Maria Helena dos Santos Fernandes de Santana foi aprovado para o cargo de diretora da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), enquanto Luis Fernando Rigato Vasconcellos e Luiz Carlos Thadeu Delorme Prado foram reconduzidos aos cargos de conselheiros do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

Antes de serem votados em Plenário, esses nomes foram analisados – e aprovados – nas comissões do Senado pertinentes: as indicações relativas à Anac e à Antaq foram apreciadas na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI); a que se refere à ANS foi avaliada na Comissão de Assuntos Sociais (CAS); e as relativas à CVM e ao Cade, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Entidades do ES são contra proposta do Ibama, diz Guerra

Marcos Guerra (PSDB-ES) requereu ontem a inclusão, nos Anais do Senado, de um documento que contesta a proposta de criação de duas unidades de conservação em seu estado – a Área de Proteção Ambiental Costa das Algas e o Refúgio de Vida Silvestre de Santa Cruz.

A proposta, feita pelo Ibama, está sendo contestada no documento pela Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo, Movimento Empresarial do Espírito Santo e Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Espírito Santo.

PSDB e PFL exigem exclusão de dispositivo que autoriza governo a fazer investimentos mesmo se o Congresso Nacional não aprovar o Orçamento da União até 31 de dezembro

Congresso marca sessão ao meio-dia para votar a LDO

O presidente do Senado Federal, Renan Calheiros, marcou para hoje, às 12h, a sessão do Congresso que deverá votar a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Os líderes oposicionistas, no entanto, manifestaram a intenção de obstruir a votação.

De acordo com o líder do PSDB, senador Arthur Virgílio Neto (AM), seu partido recorrerá à obstrução caso o governo não retire da LDO item segundo o qual o Executivo fica autorizado a fazer investimentos, mesmo que a lei orçamentária anual (LOA) não seja votada até 31 de dezembro.

– É preciso fazer ver ao presidente [Luiz Inácio Lula da Silva] que isso é uma insanidade; um desejo freudiano recôndito de ver o Congresso fechado – protestou.

Virgílio considera a medida um abuso contra a “principal razão de ser” do Legislativo, que seria, no seu entender, votar o Orçamento e a LDO. O senador foi apoiado pelo líder do PFL,



Reunião convocada por Renan (C) pode ser obstruída pela oposição, informa Agripino (D)

José Agripino Maia (RN), e por Heráclito Fortes (PFL-PI).

Agripino disse que o PFL não concorda em votar a LDO “nos termos em que está apresentada” e considera a posição do partido uma reação de “legítima defesa” do Congresso Nacional. Ele elogiou a proposta de emenda à Constituição de autoria do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), aprovada ontem, em primeiro turno, que estabelece o orçamento impositivo. Agripino

entende que, diferentemente da forma como é realizada a peça orçamentária atual, o orçamento impositivo poderia facilitar a liberação de recursos para a execução de emendas parlamentares, tão logo tenha sido aprovado.

Heráclito Fortes condenou a forma de gestão do presidente Lula e propôs a não-votação da LDO, para que o Congresso “não se curve a um capricho ditatorial que segue a cartilha de países vizinhos”.

Antonio Carlos solicitará abertura de CPI sobre verbas orçamentárias

Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) declarou ontem em Plenário que solicitará a abertura de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) para investigar a distribuição das verbas orçamentárias. Segundo ele, esses recursos vêm sendo liberados pelo governo federal de “maneira discriminatória e sórdida”, visando, entre outros objetivos, à reeleição do presidente da República.

– O mensalão continua por meio das verbas do governo – acusou.

Em aparte, o senador Sérgio Guerra (PSDB-PE) afirmou que

“o sistema de execução do Orçamento é uma calamidade que não agüenta ser confrontado com a transparência”.

– Uma CPI sobre o Orçamento fecharia o Congresso, e o principal responsável pelos desvios de procedimento em relação a essas verbas é o governo federal e todos os seus ministérios, sem exceção – disse Sérgio Guerra.

Em seu discurso, Antonio Carlos sugeriu que a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) não seja votada pelo Congresso. Ele criticou artigo segundo o qual, caso a lei não seja votada, passa a vigorar



Na opinião de ACM, “o mensalão continua por meio das verbas do governo”

automaticamente o Orçamento previsto pelo Executivo.

Em aparte, Ramez Tebet (PMDB-MS) ressaltou que o mecanismo equivale a dizer que “o Legislativo não vale nada”. Antonio Carlos foi aparteado ainda por Jefferson Péres (PDT-AM) e Heráclito Fortes (PFL-PI).

Paim afirma que inflação atinge mais os idosos

Paulo Paim (PT-RS) voltou a comentar e lamentar o veto presidencial ao reajuste de 16,67% nos benefícios de aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) que recebem acima de um salário mínimo. O senador informou que a Fundação Getúlio Vargas (FGV) divulgou pesquisa recente na qual destaca que a inflação para os idosos brasileiros cresce mais se comparada com a inflação que atinge os mais jovens. Enquanto que, para as famílias em geral, educação, transporte e vestuário exercem maior impacto no orçamento, para a terceira idade, itens como despesas com saúde têm maior peso.

Paim afirmou que continua “muito chateado e muito triste” com a atitude do presidente da República e lembrou que o Congresso pode derrubar o veto. Disse não entender a razão de o governo federal vetar tal reajuste se diversas categorias já conseguiram aumentos salariais entre 12% e 190% neste ano.

Alvaro aponta pressão de Lula sobre congressistas

Alvaro Dias (PSDB-PR) citou nota divulgada na internet, pelo site *Folha Online*, contendo a informação de que o presidente Lula estaria instruindo a bancada do governo no Congresso para obstruir votações de itens da ordem do dia que causem desgaste para o governo no período eleitoral. Entre esses itens, assinalou, estaria o veto presidencial ao projeto de reajuste de 16,67% para aposentados e pensionistas que recebem mais de um salário mínimo.

Na avaliação do senador, o Executivo tenta agora impedir que outra medida provisória (MP 291/06), que contém emenda mantendo o índice de 16,67% para o reajuste dos aposentados, seja votada na Câmara.

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), disse acreditar que



Paim volta a pedir derrubada do veto ao aumento para aposentados e pensionistas

Entretanto, o senador garantiu estar satisfeito com os integrantes do movimento sindical gaúcho, que teriam se unido para lutar a favor do reajuste. Ele aproveitou para ler trechos de cartas enviadas pela Central Única dos Trabalhadores do Rio Grande do Sul (CUT-RS) e pela Confederação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos (Cobap). Nos trechos lidos por Paim, as entidades também lamentam o veto presidencial ao reajuste aprovado pelo Congresso.

Em apartes, os senadores Leonel Pavan (PSDB-SC), Alvaro Dias (PSDB-PR) e Ney Suassuna (PMDB-PB) elogiaram o pronunciamento do colega gaúcho. Alvaro observou que “raramente ocorre de o Congresso derrubar vetos presidenciais”.



Alvaro: Lula está instruindo governistas a obstruírem votações para evitar desgaste

há uma tentativa de obstrução de matérias com origem no próprio governo, o que, segundo o senador, “mostra que Lula é confuso e contraditório e pensa que o Congresso se submeterá a isso”.

Alvaro Dias criticou ainda o fato de o governo ter enviado à Bolívia missão do BNDES para apresentar um programa de financiamento ao governo de Evo Morales no valor de US\$ 600 milhões, para a construção de uma rodovia naquele país, enquanto “nós nem sequer estamos construindo estradas ou finalizando obras internas”.

Senado fixa novo prazo para contratação de créditos no último ano de governo

O Plenário aprovou ontem projeto de resolução do Senado que reduz o prazo de 180 para 120 dias anteriores ao final do mandato do chefe do Poder Executivo dos estados, do Distrito Federal

e dos municípios para contratação de créditos. A intenção é, segundo o autor, senador Luiz Otávio (PMDB-PA), dar maior flexibilidade para viabilizar as operações em andamento. Tais

procedimentos dependem, por exemplo, de votações em Plenário, cuja pauta de deliberações esteve no último semestre constantemente bloqueada por medidas provisórias. O projeto (PRS

47/06) recebeu requerimento de urgência da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

A proposição altera o artigo 15 da Resolução 43/01 do Senado, que dispõe sobre as operações

de crédito interno e externo dos estados, DF e municípios, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização, e dá outras providências. O texto vai à promulgação.



Renan (D) ao lado de Gabrielli, Agaciel e Efraim na solenidade de assinatura do protocolo

Senado assina intercâmbio técnico-científico e cultural com a Petrobras

O presidente do Senado, Renan Calheiros, e o presidente da Petrobras, José Sérgio Gabrielli de Azevedo, assinaram ontem protocolo de intenções entre as duas instituições com a finalidade de promover intercâmbio técnico-científico e cultural.

Renan explicou que esse tipo de cooperação entre o Senado e a Petrobras pode contribuir para estimular o desenvolvimento institucional e o aperfeiçoamento dos servidores de ambas as instituições. Com o intercâmbio, disse ele, os funcionários do Senado poderão participar de cursos e treinamentos patrocinados pela Petrobras e vice-versa. Essa troca de experiência, afirmou o presidente do Senado, reverterá em benefício das próprias instituições e ajudará na melhoria dos serviços prestados pelos servidores.

Segundo Renan, o intercâmbio com a Petrobras contribuirá para

o enriquecimento do debate legislativo, uma vez que os servidores do Senado poderão participar de fóruns e seminários sobre questões relacionadas à matriz energética brasileira, modelos de regulação, segurança jurídica para os investimentos em petróleo, entre outros temas.

O presidente da Petrobras avalia que o acordo com o Senado vai permitir à empresa o acesso aos cursos e treinamentos oferecidos pelo Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) sobre processo legislativo. Gabrielli disse que o intercâmbio possibilitará realizar a tradução dos interesses nacionais em ações legislativas.

Participaram ainda da solenidade o 1º secretário do Senado, Efraim Morais (PFL-PB); o diretor-geral, Agaciel Maia; o diretor da Secretaria de Recursos Humanos, João Carlos Zoghbi; entre outros.

Senadores debatem a inclusão da equoterapia no atendimento do SUS

A Subcomissão Permanente para Assuntos Sociais da Pessoa com Deficiência, da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), realizou ontem audiência pública para chamar a atenção dos políticos para a realização do 12º Congresso Internacional de Equoterapia, programado para agosto, em Brasília, e facilitar a tramitação de projeto de lei do Senado que inclui a equoterapia entre os serviços prestados pelo Sistema Único de Saúde (SUS). O projeto, de Lúcia Vânia (PSDB-GO), tramita na Câmara.

A equoterapia é uma técnica de equitação terapêutica que visa à educação, reabilitação e inserção social de pessoas portadoras de deficiência e com necessidades especiais, com benefícios biopsicomotores.

Na Câmara, o projeto de Lúcia Vânia recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e

Justiça e de Cidadania (CCJC) e foi aprovado em caráter terminativo na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF). Mas houve recurso de iniciativa da liderança do governo para sua apreciação em Plenário, o que ainda não ocorreu. A senadora disse acreditar que há alguma objeção do governo a sua aprovação. Ela pediu o apoio dos parlamentares para a proposta.

O senador Flávio Arns (PT-PR) ressaltou a luta do fundador e atual presidente da Associação Nacional de Equoterapia, coronel Laélio de Castro Cirillo, pela divulgação do tema, e pela promoção do debate sobre o projeto de Lúcia Vânia com toda a sociedade.

Além de Laélio, a audiência contou com a participação da psicóloga Ylma Nascimento e de Catlen Cudo, praticante de equoterapia com paralisia cerebral.

Companhias e governo cedem em alguns pontos após acordo e substitutivo de Júlio Lopes é aceito por unanimidade na Comissão Especial Mista de Saneamento

Comissão aprova relatório final com diretrizes para saneamento

A Comissão Especial Mista de Saneamento aprovou ontem, por unanimidade, seu relatório final, com substitutivo do relator, deputado Júlio Lopes (PL-RJ), aos projetos que tramitam no Congresso Nacional propondo as diretrizes gerais para a política de saneamento básico no Brasil.

O acordo para a votação – ao qual se chegou após reunião entre os integrantes da comissão e membros do governo

– foi possível em função do acatamento pelo relator de alguns pontos defendidos pelo governo federal, como a instituição de conselhos de usuários (de caráter apenas consultivo) para fiscalização das companhias estaduais que prestam serviços aos municípios. Por outro lado, o governo também cedeu e concordou, entre outros itens, com a introdução no texto de dispositivo que prevê a indenização das companhias estaduais de saneamento em caso de retomada do serviço pelos municípios.

Ao comemorar a aprovação do substitutivo, o presidente da comissão, senador César Borges (PFL-BA), ressaltou que a definição do novo marco regulatório do saneamento, ao oferecer garantias a investidores, deverá atrair mais recursos privados para o setor.

– Não há por que o setor priva-

do, que investe em tantos outros setores, como telecomunicações, exploração de petróleo e manutenção de rodovias, não possa investir também em saneamento básico. Ele investirá desde que haja segurança, e para isso o marco regulatório é fundamental – assinalou.

Após o término da reunião da comissão, o relator Júlio Lopes explicou que, com relação às indenizações por encampação, foi pactuado o pagamento em quatro parcelas, sendo a primeira efetuada até o dia 31 de dezembro do ano da retomada dos serviços.

Ele informou ainda que, nas regiões metropolitanas, a definição da titularidade municipal ou não dos serviços de saneamento vai depender da interpretação da Constituição federal pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento de ações declaratórias de inconstitucionalidade



César Borges (C) preside reunião que acolheu relatório final do deputado Júlio Lopes (D)

(Adin) contra leis criadas por alguns estados, como Bahia e Rio de Janeiro.

– Nós construímos o relatório de forma que seja possível ser encaixado com a interpretação que está sendo feita pelo Supremo – afirmou.

A Comissão Especial Mista de Saneamento foi criada com a finalidade de consolidar duas propostas de marco regulatório para o setor: o Projeto de Lei do Senado 155/05, que defende os interesses das companhias estaduais de saneamento, e o Projeto de Lei 5.296/05, apresentado pelo Ministério das Cidades em defesa dos interesses dos municípios.

O substitutivo aprovado, resultado da fusão das duas propostas, deverá ser encaminhado diretamente aos Plenários da Câmara dos Deputados e do Senado para apreciação.

Marco regulatório pode ser votado nesta semana

O presidente do Senado, Renan Calheiros, disse acreditar que acordo entre líderes partidários poderá viabilizar a votação em Plenário ainda nesta semana do marco regulatório para o setor de saneamento, dando celeridade à tramitação da proposta. O marco é resultado do trabalho da Comissão Especial Mista de Saneamento, que consolidou o teor do Projeto de Lei do Senado 155/05 – que defende os interesses das companhias

estaduais de saneamento – com o do Projeto de Lei 5.296/05, de iniciativa do Ministério das Cidades, em defesa dos interesses dos municípios.

Na presença do ministro das Cidades, Márcio Fortes, Renan Calheiros recebeu das mãos do presidente da comissão, senador César Borges, o projeto sobre o marco regulatório, que já está pronto para seguir seu trâmite e ser votado em Plenário. O colegiado continuará em fun-

cionamento para o recebimento de emendas.

– A comissão conseguiu produzir em um curtíssimo espaço de tempo e em consenso o primeiro passo para universalizar o saneamento no Brasil. O Senado continuará esse esforço para resgatar essa dívida com a população – assinalou Renan Calheiros, reiterando que pretende colocar a matéria em votação durante o esforço concentrado deste fim de semestre.

Voto de aplauso a organizadores de parada gay

Ideli Salvatti (PT-SC) propôs voto de aplauso aos organizadores da parada que no último domingo foi realizada em Florianópolis para marcar a luta em defesa dos direitos de gays, bissexuais, lésbicas e transexuais, e da qual também participaram simpatizantes do movimento. A senadora observou que a passeata, à qual compareceram aproximadamente 30 mil pessoas, cercou-se de maior importância em virtude de crimes de caráter homofóbico ocorridos naquela cidade.

Ideli informou que a Assembleia Legislativa de Santa Catarina incluiu entre os direitos dos cidadãos daquele estado o da livre orientação sexual, o que ainda não ocorreu no caso da Constituição federal.

Efraim lembra centenário de ex-deputado

Efraim Moraes (PFL-PB) apresentou ontem à Mesa um requerimento de homenagem ao centenário de nascimento do ex-deputado federal Jader Silva de Medeiros, natural de sua cidade natal, Santa Luzia, na Paraíba.

Jader Medeiros nasceu em 10 de julho de 1906 e faleceu em 8 de maio de 1960, quando, ressaltou Efraim, estava prestes a assumir seu segundo mandato como deputado federal.

Alvaro pede apoio para portador de doença reumática

Alvaro Dias (PSDB-PR) apelou ao Ministério da Saúde para que atenda a uma das reivindicações da Carta de Brasília, redigida por portadores de doenças reumáticas e entregue a ele na segunda-feira: de incluir, com urgência, na lista do Sistema Único de Saúde (SUS), medicamentos e protocolos para tratamento das moléstias dos tecidos conjuntivos.

O senador informou ter recebido o documento contendo uma série de reivindicações, que classificou de “justas e legítimas”, concernentes a tais doenças, para ser encaminhado ao ministério. O manifesto foi elaborado por médicos reumatologistas do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto e da Universidade de São Paulo (USP).

Senador condena declaração de vice-presidente petista e permanência de Henrique Meirelles no Banco Central após abertura de processo pelo Supremo

Simon cobra ética do governo e critica relação com mensaleiros

Matérias publicadas pela imprensa sobre o governo e a campanha pela reeleição do presidente Lula foram comentadas pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS). Ele destacou o artigo “Ética dá voto?”, do colunista Merval Pereira, publicado por *O Globo*. Em resposta à pergunta do jornalista, Simon afirmou que “ética não dá voto nem deve ter por objetivo buscar o voto; ética é a obrigação de fazer aquilo que deve ser feito”.

A primeira reação positiva ao discurso do peemedebista partiu do senador Jefferson Péres (PDT-AM). O parlamentar tratou de citar, no aparte, trecho de “Ética dá voto?” descrevendo a reação do vice-presidente do PT, Marco Aurélio Garcia, à pergunta sobre um eventual constrangimento ao presidente Lula pelo apoio dado a sua reeleição por candidatos



Para Pedro Simon, “ética é a obrigação de fazer aquilo que deve ser feito”

petistas acusados de receber o mensalão. Segundo destacou Jefferson, Garcia teria apontado como único constrangimento a possibilidade de esses candidatos não terem votos.

Simon lamentou não só esse apoio e essa declaração, mas o fato de o ministro-chefe das Relações Institucionais, Tarso

Genro, não ter punido os petistas sob suspeita de envolvimento no escândalo do mensalão quando assumiu, por três meses, a presidência do PT. Em seguida, criticou a permanência no governo e a promoção a ministro do presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, após a abertura de processo contra ele pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e a possível indicação do ex-senador Jader Barbalho, também processado pela Justiça, para coordenar, no PMDB, a campanha de reeleição de Lula.

Simon encerrou seu discurso anunciando que o novelista Sílvio de Abreu, autor de *Belíssima*, deverá participar de audiência pública no Senado para discutir pesquisa de opinião sobre os personagens da novela, que revelou a preferência do público por personagens desonestos.

Tuma sugere uso controlado de armas por agentes penitenciários

Romeu Tuma (PFL-BA) sugeriu que o governo de São Paulo forneça armas aos guardas e agentes penitenciários e se responsabilize pela sua manutenção e uso. O senador fez a sugestão em comentário sobre a Portaria 315/06 do Ministério da Justiça, que autoriza os agentes a portar armas fora do horário de trabalho.

– Do jeito que está a portaria, eles [os agentes] poderão, a qual-

quer hora, vender ou portar armas dentro dos parâmetros legais – criticou o parlamentar, que é funcionário de carreira da Polícia Federal, tendo sido diretor-geral da instituição.

Tuma também homenageou, em seu discurso, o Corpo de Bombeiros, regulamentado pelo imperador dom Pedro II em 1858. Destacou o papel dos bombeiros no socorro às vítimas de acidente envolvendo ontem três automó-



Romeu Tuma aponta falha em portaria do Ministério da Justiça

veis em viaduto de São Paulo. Recordou ainda a morte do bombeiro João Alberto da Costa, uma das vítimas da onda de ataques de maio no estado.

Ideli destaca notícias sobre crescimento

Ao analisar notícias publicadas no fim de semana sobre o crescimento econômico, Ideli Salvatti (PT-SC) disse que os dados revelados “são indiscutíveis” e contrariam os críticos do governo Lula. Segundo ela, nunca foi tão baixo o percentual de pessoas que reclamam da própria renda.

Ideli leu matérias em que são noticiadas melhorias na ocupa-



Ideli: dados “são indiscutíveis” e contrariam críticos do governo

ção de postos de trabalho com carteira assinada, aumento na renda e no consumo de alimentos, bem como a ascensão social de parte da população (cerca de 6 milhões de brasileiros) que se encontrava nas classes D e

E e migrou para a classe C. A senadora ainda mostrou um gráfico apontando que 49% dos entrevistados acham que a vida vai melhorar.

Roberto Saturnino (PT-RJ) disse, em aparte, que o quadro de distribuição de renda melhorou no governo Lula, mas propôs que o governo encontre uma maneira de dar um aumento maior que 5% para os aposentados. Saturnino reconheceu, no entanto, que o presidente Lula vetou o reajuste de 16,67% aprovado pelo Legislativo porque precisa obedecer a Lei de Responsabilidade Fiscal.



Fotos: Roosevelt Pinheiro

Osmar Dias alerta para prejuízos decorrentes de anúncio sobre aftosa

Osmar: indústria cresce menos no Paraná

Osmar Dias (PDT-PR) manifestou preocupação com o desempenho negativo da indústria do Paraná, principalmente nos dez meses anteriores a maio de 2006, mês em que o estado apresentou uma leve reação no setor.

Segundo Osmar Dias, a indústria do estado amargou, no período pesquisado, queda de 4,3%, colocando-se em último lugar entre os estados que apresentaram maior expansão industrial. O senador assinalou que, em um ano, a média nacional do crescimento industrial atingiu 4,8%, enquanto no Paraná houve queda de 3%.

O fato, segundo analisou, decorre, em parte, da crise surgida com o anúncio, pelo próprio governo do Paraná, de um suposto surto de febre aftosa no rebanho bovino, o que não foi confirmado.

Saturnino presta homenagem a Carta Capital

A revista *Carta Capital* foi homenageada por Roberto Saturnino (PT-RJ). Ele declarou que a publicação “não preza o grande capital, mas a ética, a qual não dá voto nem dinheiro”. Também destacou que a revista já existe há 12 anos e chegou neste mês à sua edição de número 400.

O parlamentar afirmou ainda que *Carta Capital* tem “uma vida economicamente difícil justamente por não servir ao grande capital, mas à nação brasileira”. Como exemplo disso, ele citou o apoio que o projeto de integração da América Latina – consubstanciado no Mercado Comum do Sul (Mercosul) – teria junto à revista, “o qual não é compreendido por aqueles que querem entregar o país à Área de Livre Comércio das Américas [Alca]”.

– *Carta Capital* merece o reconhecimento da opinião pública, porque sua postura é de seriedade e de respeitabilidade.



Combustível poderá contribuir para levar prosperidade ao Nordeste, diz Suassuna

Suassuna: biodiesel é alternativa viável para crise energética

As restrições impostas pelo governo da Bolívia para a exploração de gás natural pela Petrobras levaram Ney Suassuna (PMDB-PB) a propor uma reflexão sobre a matriz energética nacional. Na sua opinião, a alternativa viável e rentável é o biodiesel, combustível produzido a partir de óleos vegetais, como o da mamona, que deverá ajudar na substituição do óleo diesel importado pelo país.

Suassuna lembrou que o diesel importado responde por 15% do consumo interno.

– Também se trata de uma forma digna de assistir aos nordestinos e contribuir para a prosperidade da região – acrescentou.



Para Raupp, estudo e mapeamento do estado favorecem avanço da agropecuária

Raupp destaca zoneamento territorial em RO

Valdir Raupp (PMDB-RO) enalteceu a realização de estudo e mapeamento do território de Rondônia, para definição do uso agropecuário com sustentabilidade econômica e responsabilidade ambiental.

O senador informou que acaba de ser realizado no estado o Zoneamento Socioeconômico-Ecológico, iniciativa pioneira na região Norte, com a divisão do estado em três zonas. Graças ao trabalho, afirmou, está avançado o projeto de zoneamento agrícola, que, em sua opinião, será outro instrumento fundamental para impulsionar o desenvolvimento agropecuário da região.

Empresários reunidos em audiência na CAE afirmam que os chineses não têm uma economia de mercado, pois não obedecem a regras da Organização Mundial do Comércio

Competição desigual da China prejudica indústria brasileira

“A China é um ponto fora da curva.” A frase do consultor da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Domingos Mosca, resume a opinião dos empresários que participaram ontem da audiência na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), para debater as relações comerciais entre Brasil e China.

Tanto Mosca como José Frederico Álvares, gerente executivo da Confederação Nacional da Indústria (CNI), afirmaram que a China, embora tenha aumentado sua participação nas trocas comerciais com o Brasil e outros países, não é uma economia de mercado, pois ainda não obedece a regras da Organização Mundial do Comércio (OMC) e normas seguidas pelos demais países, além de ter prejudicado o Brasil, devido às desiguais condições de competitividade.

O senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) concordou com os representantes dos empresários, dizendo que o governo brasileiro cometeu uma extravagância ao considerar a China como economia de mercado.

– Foi uma forma açodada de fazer as coisas, na ânsia política para conseguir assento no Conselho da ONU, e que vai trazer dificuldades ao parque industrial brasileiro – assinalou.

Também participaram da audiência o secretário executivo do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Ivan Ramalho, e a secretária adjunta da Receita Federal, Clecy Busato Lionço. Ramalho falou sobre o aumento dos negócios com a China, hoje o terceiro



Senadores da CAE discutem com especialistas relações comerciais entre Brasil e China

parceiro comercial do Brasil e o terceiro maior importador do mundo.

No ano passado, conforme Ramalho, a China importou um total de US\$ 660 bilhões, sendo que, do Brasil, foram US\$ 6,8 bilhões. No primeiro semestre deste ano, informou, as exportações brasileiras para aquele país aumentaram 35%, enquanto as importações cresceram 53%.

Ramalho reconheceu as dificuldades da indústria nacional e disse que o governo está atento a essas questões.

Fraudes

A representante da Receita Federal, ao analisar os problemas nos processos de exportações e importações, destacou que as principais fraudes estão relacionadas a valores, para burlar impostos, mas também com classificação fiscal, qualidade técnica duvidosa e produtos piratas. Segundo Clecy Lionço, grande parte dessas fraudes ocorre em razão do crescimento do comércio com os países asiáticos, não somente com a China.

Para Domingos Mosca, o Brasil não pode abrir mão de

sua indústria nem de normas trabalhistas, previdenciárias e comerciais para concorrer com a China, que paga salários muito baixos e impõe jornadas de 12 a 14 horas diárias.

– Não queremos concorrer assim. Seria um retrocesso. Na China, nem sequer há Previdência Social. Enquanto prevalecerem esses fatores, não podemos reconhecer a China como economia de mercado – ressaltou.

Para José Frederico Álvares, a China tem pouca transparência quanto à legislação de comércio exterior.

– O Brasil deve insistir para que a China cumpra os compromissos com a Organização Mundial do Comércio – opinou.

O gerente executivo da CNI enfatizou ainda que a presença chinesa se dá cada vez mais em produtos sofisticados.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) salientou que todos os países enfrentam o problema da competitividade desigual da China e, mais uma vez, defendeu a adoção do programa de renda básica de cidadania para tornar o Brasil mais competitivo.

CAE autoriza crédito e adia votação da Super-Receita

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem autorização para a elevação temporária do limite de endividamento da Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica (CGTEE) para até US\$ 430 milhões, a fim de permitir que a empresa possa fazer empréstimo externo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). A mensagem (MSF

177/06), acolhida pela CAE em pauta extra, é de autoria da Presidência da República.

A comissão decidiu, na mesma reunião, adiar para agosto a votação do projeto de lei que cria a Super-Receita. O novo órgão unificaria as secretarias da Receita Federal e da Receita Previdenciária, tratando ainda da administração tributária federal e alterando várias leis do setor. O

projeto (PLC 20/06) recebeu vista coletiva na semana passada e, na reunião de ontem, por 8 votos a favor e 6 contra, os senadores decidiram adiar a votação.

Como essa foi a última reunião da CAE neste semestre, conforme anunciou o presidente do colegiado, senador Luiz Otávio (PMDB-PA), somente em agosto a proposição poderá ser apreciada.

Jucá presta homenagem aos 60 anos do Sistema S

Romero Jucá (PMDB-RR) apresentou ontem requerimento de homenagem aos 60 anos de existência do chamado Sistema S, formado pelos serviços Social do Comércio (Sesc); Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac); Social da Indústria (Sesi); Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) e Brasileiro de Apoio às Pequenas e Médias Empresas (Sebrae).

Segundo Jucá, o requerimento se deve ao fato de que, nesses anos, as entidades protagonizaram importantes ações voltadas à coletividade, tendo atendido, apenas em 2005, a cerca de 2,5 milhões de pessoas em todo o país. Uniram-se a Jucá na homenagem os senadores Leonel Pavan (PSDB-SC), Paulo Octávio (PFL-DF), Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Eduardo Azeredo (PSDB-MG), Rodolpho Tourinho (PFL-BA) e Aelton Freitas (PL-MG).



Contaminação teria sido realizada por integrantes do PT, afirma Tourinho

Tourinho cobra apuração de crime em lavoura de cacau

Rodolpho Tourinho (PFL-BA) fez ontem um apelo ao ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, para que divulgue os resultados da investigação da Polícia Federal sobre a contaminação da lavoura cacauzeira do sul da Bahia, crime que teria sido cometido por integrantes do PT.

O senador anunciou que a Associação Comercial da Bahia está solicitando ao Ministério Público, ao Ministério da Justiça e ao Ministério da Agricultura providências urgentes sobre o crime, confessado por um dos integrantes. Tourinho disse ainda que a bancada da Bahia no Senado está unida na cobrança da apuração de responsabilidades.

O parlamentar informou que ele e o senador César Borges (PFL-BA) estiveram em reunião com o ministro da Justiça, após a qual foi determinada a reabertura do inquérito sobre o caso.



Atuação do governo se restringe à "área burocrática", diz José Jorge

José Jorge critica política educacional

José Jorge (PFL-PE) criticou ontem o governo Lula por não ter adotado uma política educacional de longo prazo com objetivos mensuráveis. Para ele, a atuação do governo se restringe à chamada "área burocrática", em prejuízo da população.

Conforme o senador, o governo tem agido no dia-a-dia elevando o volume de recursos, mas sem vencer o desafio das desigualdades regionais e da elevação da qualidade de ensino.

José Jorge citou especialistas segundo os quais muitos dos avanços no setor da educação colhidos pelo governo Lula foram plantados em governos anteriores. A administração petista também teria se valido de programas e projetos já em andamento, rebatizando-os em benefício de sua marca.

– O PT, que hoje comemora pequenos avanços na educação pública, votou contra o Fundeb quando foi proposto pelo governo Fernando Henrique Cardoso – lembrou o senador.

José Jorge apontou como iniciativa louvável – e que merece ser estudada – o conjunto de metas elaborado pelo movimento Compromisso de Todos pela Educação, composto por empresários e organizações não-governamentais. Essas metas teriam que ser cumpridas até 2022, a fim de que o país alcançasse um nível desejável de escolaridade e conhecimentos na faixa de quatro a 19 anos. Entre elas estão a frequência à escola por 98% das crianças e jovens do país de quatro a 17 anos; e a conclusão do ensino fundamental (8ª série) por 95% dos jovens, aos 16 anos.

Proposta de Cristovam Buarque aprovada pela Comissão de Educação determina que estados deverão investir prioritariamente no ensino médio a parcela de recursos que não for destinada ao Fundeb

Universalização do ensino médio poderá se tornar dever do Estado

A universalização do ensino médio gratuito será um dever do Estado, de acordo com projeto de lei do senador Cristovam Buarque (PDT-DF) aprovado ontem, em decisão terminativa, pela Comissão de Educação (CE). Conforme a proposta, os estados deverão incumbir-se de assegurar o ensino fundamental e "oferecer, com prioridade, o ensino médio a todos os que o demandarem".

O projeto (PLS 6/06) modifica dois artigos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). Atualmente, a lei estabelece como dever do Estado a "progressiva extensão da obrigatoriedade e da gratuidade do ensino médio". E obriga os estados a "assegurar o ensino fundamental e oferecer, com prioridade, o ensino médio".

Ao justificar a proposta, Cristovam observa que os estados deverão investir prioritariamente no ensino médio a parcela de recursos vinculados à educação que não for destinada ao novo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica

e de Valorização dos Profissionais de Educação (Fundeb) – cuja criação foi aprovada pelo Senado. Assim, acredita, haverá recursos suficientes para a universalização do ensino médio.

– O projeto compatibiliza direitos e deveres diante do novo modelo de financiamento a ser implantado – afirmou o relator da matéria, senador Marco Maciel (PFL-PE).

ProUni

Também em decisão terminativa, a comissão aprovou o PLS 88/06, que reduz de três para dois o número de avaliações insuficientes, no âmbito do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), para a desvinculação de um curso do Programa Universidade para Todos (ProUni). Do senador Valdir Raupp (PMDB-RO), o projeto teve como relator o senador Leonel Pavan (PSDB-SC).

Outro projeto aprovado em decisão terminativa foi o PLS 281/03, do senador Efraim Morais (PFL-PB), que institui a obrigação do ensino

da disciplina Direito Internacional Humanitário nas escolas e academias militares do Exército, da Marinha e da Aeronáutica. O PLS teve como relator *ad hoc* o senador Romeu Tuma (PFL-SP).

A comissão acatou ainda parecer favorável ao Projeto de Lei da Câmara 68/05, cujo relator foi o senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), que institui o Dia da Amazônia, a ser celebrado em 5 de setembro – data em que o imperador dom Pedro II criou a província do Amazonas.

A CE decidiu ainda enviar o Aviso 8/06, relatado pelo senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), ao Tribunal de Contas da União (TCU) pedindo informações sobre o cumprimento, pelo governo, de recomendações do tribunal para que se coloque em prática o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust). Foram ainda aprovados, em decisão terminativa, cinco projetos que autorizam o funcionamento de emissoras de rádio.

Wellington Salgado é o novo presidente da Comissão de Educação

Wellington Salgado (PMDB-MG) foi eleito ontem, por unanimidade, presidente da Comissão de Educação (CE). Ele vai substituir o senador Gerson Camata (PMDB-ES), que se licenciou do cargo para assumir a Secretaria Estadual de Transportes do Espírito Santo.

Ao presidir a reunião convocada para que se realizasse a eleição, o senador Juvêncio da Fonseca (PSDB-MS) previu que o novo presidente exercerá um "papel brilhante" à frente do colegiado. Pouco antes da votação, o líder do PMDB, senador Ney Suassuna (PB), elogiou a "gentileza" de Wellington Salgado, que admitiu assumir o cargo até o retorno de Gerson Camata.

– Se fosse só por um dia, já valeria a pena – respondeu Wellington, ao lembrar ter sido criado em uma família inteiramente dedicada à educação.

Todos os senadores presentes à reunião elogiaram a eleição de Wellington Salgado e ressaltaram o seu compromisso com o aperfeiçoamento da educação no país.



Sob a presidência de Wellington Salgado, Comissão de Educação fará reunião conjunta com CAS e CDH

Comissões debaterão propostas para garantir a igualdade racial

As ações afirmativas destinadas a garantir a igualdade racial serão tema de audiência pública conjunta, prevista para 3 de agosto, das comissões de Educação (CE), de Assuntos Sociais (CAS) e de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). O requerimento de Paulo Paim (PT-RS) foi aprovado ontem pela CE.

Para o debate deverão ser convidados, entre outros, os ministros Tarso Genro, das Relações Institucionais; Fernando Haddad, da Educação; e Matilde Ribeiro, da Igualdade Racial; e o diretor do Educafro, Frei Davi.

Um dia antes, a CE deverá promo-

ver audiência pública – em conjunto com a Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social – para discutir o Projeto de Lei da Câmara 7.193/06, que altera a destinação de receitas decorrentes da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional (Condecine). O requerimento é de Roberto Saturnino (PT-RJ).

Outro requerimento acolhido – de Pedro Simon (PMDB-RS), Romeu Tuma (PFL-SP) e Paulo Paim – pede audiência para discutir a importância da televisão para a formação dos valores éticos da sociedade brasileira.



Roseana: instituições atenderiam 38 municípios maranhenses

Roseana quer duas novas universidades

A senadora Roseana Sarney (PFL-MA) comunicou ontem ao Plenário que estava apresentando dois projetos de lei que autorizam o governo federal a criar a Universidade da Baixada Maranhense, com sede na cidade de Pinheiro, e a Universidade do Leste Maranhense, no município de Caxias.

Os dois centros seriam uma extensão da Universidade Federal do Maranhão e ofereceriam cursos de Agronomia, Veterinária, Medicina, Biologia e Sociologia Rural. Conforme a senadora, mais de 38 municípios maranhenses seriam atendidos. Ela ponderou que no interior do país não há como pensar em escolas de nível superior para a maioria da população se o ensino não for gratuito.

Hélio Costa: "TV digital no Brasil não será elitista"

Em entrevista exclusiva à TV Senado gravada na segunda-feira, o ministro das Comunicações, o senador licenciado Hélio Costa, garantiu que o decreto presidencial que estabeleceu as diretrizes da transição do sistema analógico para o sistema digital de televisão no Brasil foi elaborado para garantir o acesso gratuito de todos os brasileiros à TV digital.

Segundo o ministro, o sistema escolhido – o japonês – é o único (os outros concorrentes eram os padrões norte-americano e europeu) que permite a portabilidade e a mobilidade das imagens transmitidas sem custo adicional para a população.